



## 6.4. Créditos tributários

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>104.591</b>	<b>109.349</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	201.973	177.552
IRRF a compensar	6.404	8.382
IRPJ a recolher	(40.869)	(38.090)
CSLL a recolher	(62.917)	(38.495)
<b>Tributos Municipais</b>		
ISS a compensar	10.219	747
<b>Total</b>	<b>114.810</b>	<b>110.096</b>

O valor líquido de IRPJ e CSLL, de R\$ 104,6 mil, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período. Em ISS a compensar constam as retenções efetuadas por clientes imunes do DF realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

## Nota 7. Ativo não circulante mantido para venda

Os imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração estão classificados no Ativo circulante mantido para venda e estão em conformidade com a Resolução nº 190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. O valor total de mercado dos imóveis mantidos para venda, de acordo com laudo de avaliação é de R\$ 35,9 milhões. Cumpre destacar que no quarto trimestre ocorreu a venda de um dos imóveis mantidos para venda, trata-se da realização da venda de casa localizada no município de Teresópolis. Permanecem para venda os bens localizados no Distrito Federal e em São Paulo, cujo valor contábil é de R\$ 2,5 milhões.

## Nota 8. Realizável a longo prazo

## 8.1. Depósitos judiciais e recursais

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Depósitos judiciais e recursais*	405.474	269.393
Ações fiscais	6.351	6.351
<b>Total</b>	<b>411.825</b>	<b>275.744</b>

## 8.1.1. Depósitos judiciais e recursais

Representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Conforme o artigo 899, parágrafo 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT Decreto-Lei nº 5.452/1943, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo, e corrigidos com os mesmos índices de poupança. Os depósitos judiciais e recursais se referem ao depósito administrativo de autuação fiscal, com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

## 8.1.2. Ações fiscais

As ações fiscais se referem ao procedimento administrativo fiscal – PAF iniciado em 2010, pela Receita Federal do Brasil – RFB. À época, foi realizado um depósito no valor de R\$ 6,2 milhões, cuja finalidade foi a de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta.

O Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais – CARF, apreciado em 02/09/2020, teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitação. Contrariamente, a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSFR do CARF. Contudo, este não foi provido, e teve o trânsito em julgado administrativo favorável à Empresa. Com isso, foi requerida a devolução do depósito realizado em 2010. Dessa forma, o SERPRO aguarda as providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar os valores para levantamento ou compensação.

## 8.2. Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Despesas judiciais	155.642	200.871
Provisões trabalhistas	145.911	113.451
<b>Total</b>	<b>301.553</b>	<b>314.322</b>

As despesas judiciais, ainda a serem quitadas, se referem às notas de ressarcimento (reembolso) dos acordos e processos trabalhistas dos empregados cedidos a outros órgãos, em sua maioria da Receita Federal do Brasil. Quanto às provisões trabalhistas, estas são os demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle do departamento jurídico.

## 8.3. Créditos tributários diferidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	313.487	615.687
Passivo fiscal diferido	(46.098)	(115.572)
<b>Total</b>	<b>267.389</b>	<b>500.115</b>

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

## 8.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
<b>Créditos a Receber de Fundos de Pensão</b>		
Superávit SERPROS		24.174
Letras Financeiras de Santa Catarina	95.554	84.096
Demais Créditos Realizáveis Longo Prazo	7	22
<b>Total</b>	<b>95.561</b>	<b>108.292</b>

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC).

## 8.4.1. Superávit SERPROS

Em 2021, foram recebidas oito parcelas sob a forma de abatimento das contribuições do patrocinador, totalizando R\$ 15,8 milhões e reconhecido o montante de R\$ 2,9 milhões de rentabilidade.

Em virtude do previsto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, que dentre outras questões, dispõe sobre os procedimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC em relação à destinação e utilização de superávit foi interrompida em setembro/21 a distribuição ao patrocinador das parcelas pendentes. A interrupção se justifica pelo previsto no artigo 23 da já citada resolução, abaixo transcrito, e está embasado em parecer técnico emitido pelo SERPROS:

*Art. 23 A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos presidenciais de que trata o art. 22 serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido no art. 15, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.*

Por fim, para o encerramento do exercício social, após manifestação da EFPC sobre os indícios de que o plano não conseguiria elevar o nível de superávit a ponto de superar o valor necessário a constituição da reserva de contingência de forma a permitir a retomada da distribuição do superávit até dezembro de 2021, a empresa optou por proceder a baixa dos valores ora registrados nos créditos realizáveis a longo prazo, R\$ 31,3 milhões.

## 8.4.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina

Na condição de patrocinador do Fundo de Previdência Complementar, SERPROS, e tendo em vista contrato de migração do plano de aposentadoria denominado PS I para o plano PS II, ocorrido em setembro/2013, registrou-se o direito a receber o montante de 60,2 milhões.

O Fundo efetuará o pagamento através de precatório referente a valor ajuizado contra o Estado de Santa Catarina. O direito do patrocinador corresponde a 42,7% do total desse precatório, após desconto de honorários de 3%. Com base em dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o total atualizado do precatório em 31/12/21 monta em R\$ 230,6 milhões resultando em um direito atualizado de 95,6 milhões.

## Nota 9. Imobilizado

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo Dez/2021	Depreciação/Amortização	Valor líquido Dez/2021	Dez/2020
Edifícios	145.174	(45.400)	99.774	101.548
Terrenos	56.491		56.491	65.604
Estudos e projetos				
Obras em andamento	14.754		14.754	10.722
Instalações	141.452	(112.971)	28.481	42.363
Benefitorias propr. terceiros	1.817	(1.720)	97	222
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	1.124.645	(733.739)	390.906	311.007
<b>Total</b>	<b>1.503.543</b>	<b>(896.361)</b>	<b>607.182</b>	<b>548.144</b>

## 9.1. Adições e Exclusões

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo Dez/2020	Adições	Alienações/Baixas	Saldo Dez/2021
Edifícios	145.174		(9.113)	145.174
Terrenos	65.604			56.491
Obras em andamento	10.722	4.032		14.754
Instalações	141.435	17		141.452
Benefitorias propr. terceiros	1.817			1817
IPC/90	19.210			19.210
Bens móveis	1.029.038	95.607		1.124.645
<b>Total</b>	<b>1.412.999</b>	<b>99.656</b>	<b>(9.113)</b>	<b>1.503.543</b>

## 9.2. Movimentação da depreciação e amortização

Descrição	Em milhares de R\$		
	Dez/2020	Depreciação/Amortização	Dez/2021
Edifícios		(43.626)	(1.774)
Terrenos			(45.400)
Obras em andamento		(99.072)	(13.899)
Instalações		(1.595)	(125)
Benefitorias propr. terceiros		(2.531)	(2.531)
IPC/90		(718.031)	(15.708)
Bens móveis			(733.739)
<b>Total</b>		<b>(864.855)</b>	<b>(31.506)</b>

## 9.3. Revisão de vida útil

Em 2021, as vidas úteis dos equipamentos foram revistas por meio de estudos realizados por especialistas da Empresa, cujo objetivo foi aderir o tempo de obsolescência à necessidade de renovação do parque tecnológico.

A partir da reclassificação, os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passaram a ter vida útil de 84 meses, compatível com o período em que a Empresa espera utilizá-los, antes de se tornarem obsoletos. Os bens tiveram suas cotas de depreciação recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2020 e vidas úteis remanescentes. Seus ajustes foram registrados no mês de dezembro de 2020.

Dessa forma, ao longo de 2021, houve a continuidade dessa sistemática. Conforme alinhamento da Empresa, os bens totalmente depreciados, ainda que pelo novo período estabelecido pela área técnica, foram encaminhados para descarte e substituição, devido à obsolescência.

## Nota 10. Intangível

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/20	Adições	Exclusões	Dez/21
Software	643.301	52.061		695.362
(Amortização acumulada)	(579.006)	(23.145)	(2.147)	(604.298)
<b>Total</b>	<b>64.295</b>	<b>28.916</b>	<b>(2.147)</b>	<b>91.064</b>

O saldo líquido correspondente a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços de TI permanece em processo de amortização.

## 10.1. Reconhecimento de softwares internos

Com o intuito de implantar a correta classificação dos ativos intangíveis gerados internamente, e assim, se adequar aos normativos vigentes, foi realizada no ano corrente de 2021, a primeira mensuração de gastos na construção de soluções de TI. Para tanto, utilizou-se ferramentas corporativas, e os custos incorridos foram reconhecidos de modo a evidenciar fidedignamente todos os ativos intangíveis gerados internamente. O arquivo gerado pelo sistema de custos da Empresa já vem destacado quais são os códigos de serviços internos ativos, evidenciando em que fase os gastos estão associados às soluções de TI, e quais são os valores gastos mensalmente para a construção/ manutenção evolutiva.

Para o exercício de 2021, após esta etapa, associou-se cada gasto aos grupos das contas de resultado correspondentes, inclusive, criação de contas de receitas específicas, com redução de custos. Ao final desta sistematização, chegou-se ao total de R\$ 4,2 milhões nos nove primeiros meses de 2021, cujo montante foi contabilizado em novembro. Por esse motivo, houve redução nas despesas dos respectivos meses. Diante do exposto, o encerramento do exercício de 2021 fechou com o montante de R\$ 5 milhões de softwares desenvolvidos internamente. A amortização destes softwares utiliza como critério a idade do SERPRO no ano correspondente, sendo que, a vida útil é revista anualmente, no mês de dezembro.

## Passivo

## Passivo Circulante

## Nota 11. Consignações

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Previdência social	14.359	14.810
Pensão alimentícia	70	36
IRRF	33.591	49.983
Tributos Federais Retidos na Fonte	2.582	16.487
ISS	753	427
Plano de Previdência e Assistência Médica	27.617	9.960
Entidades Rep. Classes	157	154
Empréstimos, Retenções e Consignações	4.174	3.573
<b>Total</b>	<b>83.303</b>	<b>95.430</b>

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também de tributos retidos de fornecedores.

## Nota 12. Tributos e encargos sociais

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Passivo fiscal diferido (NE 12.1)	42.184	72.393
PASEP / COFINS a recolher	74.953	62.009
CPRB a recolher	14.725	16.904
FGTS	6.079	4.503
ISS a recolher	12.723	8.471
Outros tributos	1.062	571
<b>Total</b>	<b>151.724</b>	<b>164.850</b>

## 12.1. Passivo fiscal diferido

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
<b>IRPJ/CSLL s/ Crédito Superávit</b>		<b>7.534</b>
<b>Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar</b>	<b>42.184</b>	<b>64.859</b>
IRPJ/ CSLL	17.804	42.133
Demais Tributos s/ Receita Bruta	24.380	22.726
<b>Total</b>	<b>42.184</b>	<b>72.393</b>

O IRPJ e CSLL diferidos sobre crédito de superávit foi revertido em virtude da suspensão do pagamento de superávit. Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 42 mil) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

## Nota 13. Obrigações a pagar

## 13.1. Fornecedores

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
A vencer	219.781	163.754

O aumento do saldo da conta de obrigações a pagar junto a fornecedores, em 34,2%, quando comparado ao ano anterior, se deve, principalmente, ao aumento do nível de execução de gastos com custeio, notadamente novas contratações de subscrição de softwares e novas contratações de consultorias técnicas em softwares. Houve ainda um aumento do nível de execução de gastos com investimentos no exercício, cujo reflexo pode ser observado nas movimentações do imobilizado.

## 13.2. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Férias	193.365	183.762
Licença prêmio	132.378	121.400
Pessoal a Pagar	4.735	4.660
<b>Total</b>	<b>330.478</b>	<b>309.822</b>

## 13.3. Ações do Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em outubro de 2021 foi lançado o edital do Programa de Demissão Voluntária – PDV, edição 2021. O principal objetivo do programa foi normalizar o fluxo de saída de empregados, para redimensionamento do quadro de pessoal e readequação da estrutura funcional da empresa.

O programa ocorreu em duas etapas abrangendo primeiramente os empregados lotados em escritórios e aqueles do cargo de auxiliar, e em uma segunda etapa os cargos de técnicos e analistas. O PDV 2021 foi aberto apenas para os empregados que detinham as condições necessárias em 30/09/21, sendo elas: ter 55 anos ou mais de idade; ter 10 anos ou mais de trabalho no SERPRO; não estar em período de experiência ou vinculado a contrato por prazo determinado. O referido programa contou com a adesão de 136 empregados que tiveram o contrato de trabalho encerrado em novembro/dezembro de 2021. O valor do incentivo representou o montante de R\$ 21,3 milhões reconhecidos integralmente a título de incentivo e verbas indenizatórias no resultado do exercício corrente.

## 13.4. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais, R\$ 56,0 milhões em 2021 (R\$ 54, 4 milhões, 2020) em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

## 13.5. Plano de previdência complementar

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Encargos Moratórios	13.344	28.909
Contribuições paritárias	448	7.032
<b>Total</b>	<b>13.794</b>	<b>35.941</b>

O saldo de R\$ 13,8 milhões corresponde, em sua maioria, R\$ 13,3 milhões, ao reconhecimento a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC de ação de cobrança de parte relacionada; seguida de R\$ 0,4 milhão, referentes a contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento.

## 13.6. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 24,9 milhões, sendo R\$ 23,8 milhões, a ser distribuído, da participação de empregados e R\$ 1,03 milhão de administradores, segue os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados – PLR 2021 e Remuneração Variável de Administradores – RVA 2021. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016.

## 13.7. Dividendos e juros sobre capital próprio

O saldo foi registrado como remuneração mínima obrigatória ao acionista, sendo que deste montante, R\$ 93,8 milhões corresponde ao cálculo de JSCP apurado ao longo do exercício com base no percentual limite da TJLP 2021. No que se refere à complementação de dividendos, corresponde a diferença entre os 25% do Lucro Líquido ajustado e o Juros sobre Capital Próprio, perfazendo o total de R\$ 95,2 milhões. Adicionalmente foi proposto o pagamento do lucro remanescente, como remuneração complementar ao mínimo obrigatório (NE 17.3.1), representado em Reserva de Dividendos Adicionais Propostos, no Patrimônio Líquido.

## Passivo Não Circulante

## Nota 14. Obrigações tributárias

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (NE 14.1)	246.511	118.576
ISS a recolher (NE 14.2)	144.818	84.589
ISS renegociado (NE 14.3)	38.755	38.755
IPTU a Recolher (NE 14.4)	3.211	
<b>Total</b>	<b>433.295</b>	<b>241.920</b>

Dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

## 14.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa: a) as contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões); b) contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 232,6 milhões do circulante para o não circulante.

## 14.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 144,8 milhões, devido à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATORIO Nº 622 – NUBF/GEESP/COTRI/SUREC/ SEF/ SEEC, em 04 de outubro de 2019.

## 14.3. ISS renegociado

Refere-se ao parcelamento de débito que está com o pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária. Foi ajuizada em 18/10/2019 ação 5019527-94.2019.4.03.6100 de repetição de indébito tributário com o objetivo de recuperar o ISS recolhido entre os anos de 2010 a 2019. Com o ajuizamento da ação, obteve-se decisão liminar para suspensão dos pagamentos dos PATs. Os PATs oriundos de São Paulo –SP eram os únicos programas de parcelamento que o SERPRO possuía.

## 14.4. IPTU a recolher

Valores relativos ao imposto dos edifícios próprios localizados nos municípios onde a imunidade foi implementada não são recolhidos e seus valores são provisionados até que decisão formal em definitivo sobre a imunidade seja publicada, seja na esfera administrativa ou judicial. Após decisão definitiva favorável os valores poderão ser apropriados pelo SERPRO.

## Nota 15. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

Descrição	Em milhares de R\$	
-----------	--------------------	--